

# A armadilha da renda mínima

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Há mais de 30 anos, a economia brasileira não consegue superar a renda média de US\$ 10 mil per capita por ano. O país está prisioneiro dessa armadilha a que se impôs por não tomar as medidas necessárias para dinamizar a economia. A consequência é o baixo nível de renda social para o conjunto da população, forçando sucessivos governos a aumentar a carga fiscal para obter capital necessário ao financiamento dos programas sociais e da infraestrutura econômica. A saída tem sido endividamento público e inflação, que agravam a armadilha. O resultado é que, embora o país já disponha de programas que reduzem a penúria, a pobreza persiste e a concentração de renda se mantém.

Nesse mesmo período, diversos países escaparam da armadilha da renda média e passaram a ter economias produtivas e sociedades sem pobreza e com boa distribuição de renda. O Brasil precisa olhar para esses países. Com esse propósito, na semana passada, o Instituto de Estudos e Pesquisas para fortalecimento da Democracia (IEPD), com sede em Recife, promoveu debate com os economistas Edmar Bacha, Jorge Jatobá e Sergio C. Buarque, sob coordenação de João Rego. Percebeu-se que a superação da armadilha depende sobretudo de aumentar a produtividade nacional, quanto cada brasileiro produz ao longo de cada ano. Para tanto, é preciso aumentar a capacidade de poupança da sociedade para transformar parte da renda social em investimento produtivo.

O Brasil tem alta preferência pelo consumo e, portanto, baixa taxa de poupança, o que reduz o investimento e freia a capacidade de produção de cada pessoa, mantendo o país preso na armadilha. Essa poupança interna não sendo suficiente, o Brasil precisa de capital externo disponível buscando onde investir. Mas, para exercer essa atração, o país precisa de estabilidade jurídica. Os investidores não são atraídos para economias cujas leis mudam ao sabor da vontade de juizes, parlamentares ou partidos no poder. A democracia é importante para evitar mudanças políticas que oscilam em função da vontade do governo, mas também precisa de leis e regras estáveis. O capital internacional evita países em que as leis mudam conforme o humor dos governantes ou das interpretações dos juizes; no lugar de investimento produtivo que aumentaria a armadilha da renda média, especulam no curto prazo.

Além da estabilidade jurídica, o investidor estrangeiro quer estabilidade social: saber que seus executivos não serão assaltados, que não vão exigir salários que compensem o risco de viver nas cidades brasileiras, ou o custo de viver em condomínios fechados, de contratar seguranças, usar carros blindados. O investidor estrangeiro também quer que seus trabalhadores saibam a hora de sair de casa e de chegar ao trabalho em transporte público eficiente, morando em casas com saneamento que evita doenças por insalubridade. Para sair

da armadilha da renda média, o investidor precisa que o Brasil faça seu dever de casa no setor social. Já não há como atrair investimento com base na escravidão ou na apartação. Ao mesmo tempo, o Brasil precisa sair do binômio assistência-aos-pobres e proteção-aos-ricos, incentivando a capacidade de concorrência conforme o talento e vocação de cada pessoa.

O mais importante vetor para livrar o Brasil da armadilha da renda média é a educação de base com qualidade para todos. Uma amarra do Brasil está em que a teoria econômica que usamos não vê a educação de base do povo como vetor do progresso. Esquerda e direita veem a educação de base como um serviço social, não como recurso econômico. A educação de qualidade para todos não é vista como um fator de produção: todos lendo e entendendo português, fluente em pelo menos um idioma estrangeiro, conhecendo as bases da matemática, ciências, história, geografia, filosofia, assuntos internacionais, dispondo da habilidade e conhecimento de um ofício profissional.

O Brasil não apenas está na armadilha da renda média, que não avança. O Brasil optou pela armadilha da renda média e não parece querer livrar-se dela com estabilidade jurídica, um sistema de educação de base com qualidade e equidade, tampouco abrir suas fronteiras para disputar eficiência no mundo, reduzir a preferência pelo consumo e aumentar a poupança, promover incentivos ao empreendedorismo e ao talento.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Monarquia ainda que tardia

Historicamente, se sabe que a Proclamação da República em 1889 não passou de um golpe de Estado, orquestrado pela cúpula militar e por alguns poucos membros a favor desse movimento e da implantação do presidencialismo como nova forma de governo. O que começou de forma enviesada, sem a participação e o engajamento popular e sem um programa claro de governo, não poderia seguir firme nos trilhos da razão. Há quem assegure que a proclamação foi uma grande mentira, distante dos ideais sonhados e prometidos pelos teóricos desse movimento e muito mais próxima daqueles que desejavam o poder pelo poder.

Já em 1891, com a primeira Constituição republicana, os dois protagonistas do golpe seguiam mandando no país. Diante de uma situação de instabilidade que persistia, em 3 de novembro, foi dado um golpe dentro do golpe, com o fechamento do Congresso, estabelecimento de estado de sítio e a prisão de políticos da oposição. Além de não ter alterado as relações entre a população e o poder, a nova República presidencialista aplainou os caminhos ao poder para a oligarquia local.

Pelo que se aprende desses tempos confusos, o problema nacional de maior relevância não era a monarquia em si, mas aqueles que orbitavam em torno do monarca e tramavam contra o imperador. De lá para cá, transcorridos 135 anos, as instabilidades e as crises políticas, e mesmo os golpes e os impeachments, seguiram-se de forma monótona. O problema aqui é que o advento da República escancarou as portas do poder, desde o início, para pessoas e pretendentes, na sua maioria, despreparados ou muito aquém do que exige um cargo dessa natureza. Uma função, diga-se de passagem, que trouxe consigo os mesmos vícios centralizadores da monarquia.

Tivemos ao longo de mais de um século, presidentes que, com raríssimas exceções, assumiram a missão para que foram confiados. Nossas crises políticas e sistêmicas são, antes de tudo, decorrentes de inabilidades pessoais dos mandatários e das elites no poder ou mesmo geradas pela ausência das mais elementares noções de ética pública. Comparadas com o monarca traído D. Pedro II, nossas lideranças políticas, até hoje, foram e são, para dizer o mínimo, medíocres e voltadas sempre para o atendimento prioritário dos próprios interesses e de seus grupos em volta. Não por outra razão, ainda hoje existem aqueles saudosos que defendem o retorno da monarquia.

Obviamente que essa é uma questão que parece para muitos um tema já sepultado. Só que não. Em 1993, foi realizado um plebiscito que buscava saber junto à população qual seria sua escolha entre monarquia ou república e entre parlamentarismo ou presidencialismo. O resultado mostrou que, aparentemente, a população brasileira optou pelos atuais forma e sistema de governo. Ainda assim, esse assunto não foi deixado de lado definitivamente. A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal segue avaliando a Sugestão Legislativa 9/24, que sugere a realização de um novo plebiscito em 2026 para discutir uma possível restauração da monarquia no Brasil.

A proposta surgiu, segundo essa comissão, após reunir mais de 30 mil apoios na plataforma e-Cidadania, o que demonstra que essa questão permanece viva na alma de muitos brasileiros e parece aumentar à medida que toda a verdadeira história do Brasil vai vindo à tona. Para boa parte dos cidadãos, a República presidencialista não tem se mostrado eficaz ao longo de todos esses anos, o que demonstram as seguidas crises políticas e os recorrentes escândalos.

Para muitos, os recursos públicos estão sendo mal geridos e servem apenas para garantir apoio político nas Casas Legislativas, em vez de serem investidos em educação, saúde, segurança e infraestrutura, obrigando a nação a permanecer presa e estagnada em um ciclo perverso de subdesenvolvimento crônico e contínuo. A proposta, segundo analistas, tem poucas chances de prosperar, já que fere frontalmente os interesses da classe política.

### »A frase que foi pronunciada:

“Eu incorporo a monarquia renovada para um novo tempo.”

Felipe VI da Espanha

### Semear, treinar e construir

» A capital do país ganhará muito com a chegada do Colégio Campus Fidei. O desejo da Rede de Missão Campus Fidei — que, agora, se encontra na Paróquia Nossa Senhora das Graças, atrás da UniCEUB, na Asa Norte — de formar integralmente o irrepitível, insubstituível e indispensável ser de cada vida que lhe é confiada começa a sair do papel. Eles precisam da ajuda da comunidade para levantar a obra e estão captando benfeitores.

### 5 peixes e 2 pães

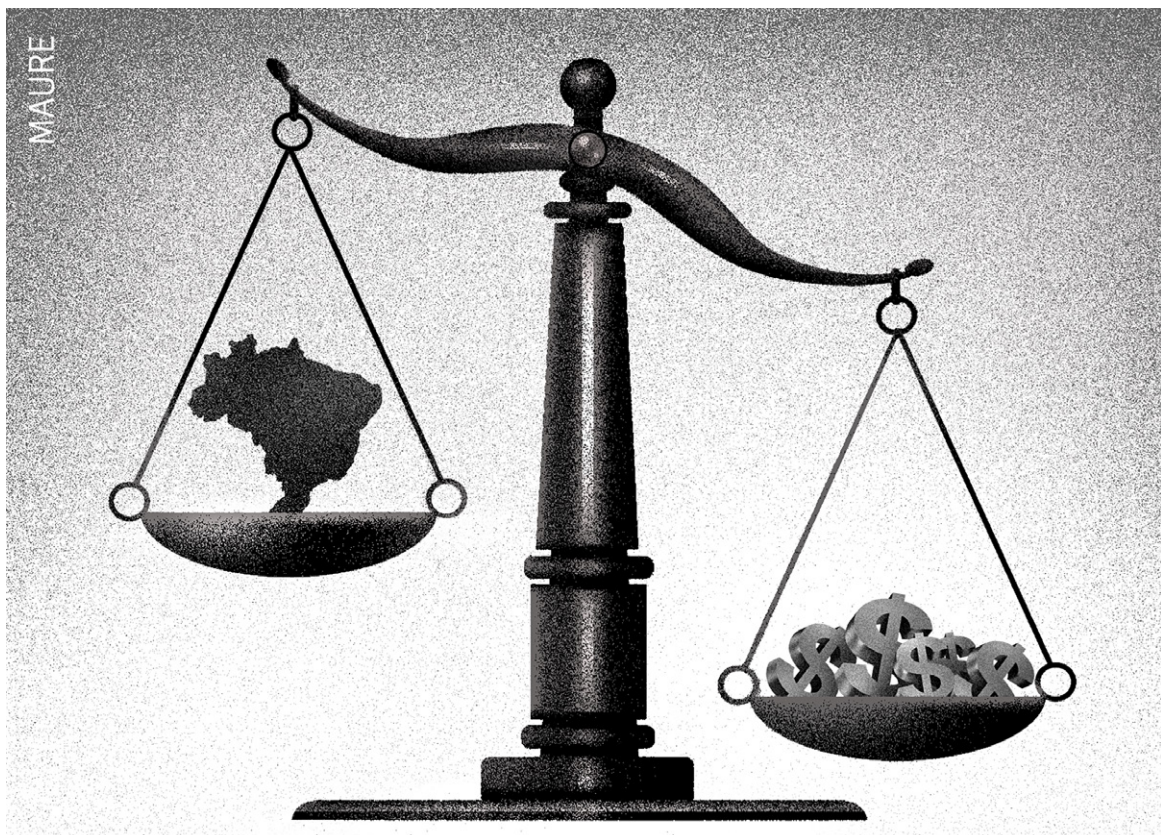
» A inauguração, que estava prevista para o primeiro semestre letivo de 2025, encontra-se agora sem data definida devido à falta de fundos para iniciar a construção. No entanto, o Campus Fidei vai oferecer, nas dependências da paróquia, atividades pedagógicas no contraturno escolar, que serão divulgadas em breve nas suas redes sociais.

### Sonho de Dom Bosco

» São João Dom Bosco já havia profetizado que, desta terra, joraria leite e mel. Interessado em ser um benfeitor? Acesse o site do Colégio Campus Fidei, conheça o projeto e participe da campanha do metro! A Rede de Missão Campus Fidei também se coloca à disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas tanto por meio das suas redes sociais quanto presencialmente, na Paróquia Nossa Senhora das Graças. Mais informações e contatos no blog do Ari Cunha.

### »História de Brasília

Ridículo isto sob todos os aspectos. O sr. Laranja mora no caminho de Taguatinga, o ministro da Justiça mora na superquadra 108 e o primeiro-ministro mora no Ipê. Pois bem. Para tratarem de assunto de Brasília, vão se encontrar no Rio. (Publicada em 19/4/1962)



## Cuidados para o tratamento e a segurança de pacientes com TEA

» CASSIO IDE ALVES

Diretor Técnico-Médico da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um dos principais desafios postos para a saúde na atualidade, em todo o mundo. Primeiro, porque tem crescido muito nos últimos anos o número de crianças diagnosticadas como autistas. Segundo, porque o transtorno, que afeta o desenvolvimento neurológico, é uma condição permanente — seus sintomas podem ser suavizados, mas não há cura. Em consequência, o tratamento dos casos mais graves também deve ser permanente, demanda infraestrutura específica e equipes multidisciplinares especializadas.

As dificuldades apresentadas começam desde o diagnóstico. Não se trata de uma doença — daí porque é chamado de transtorno. E este se manifesta em uma gama de sintomas relacionados a dificuldades de comunicação e interação social ou a comportamentos repetitivos e interesses restritos. O paciente autista pode apresentar apenas alguns sintomas e outros, não, em graus e combinações variadas. Certos sintomas estão presentes também em outros tipos de transtorno, o que embaralha as cartas e exige cuidado extremo ao fazer o diagnóstico de alguns casos.

O transtorno não é identificado por exames de laboratório, mas por meio da observação do comportamento e do desenvolvimento da pessoa. São importantes também os relatos dos que convivem com ela — pais, cuidadores, educadores. Quando são crianças muito novas, a confirmação do diagnóstico pode demorar meses, pelo menos até a criança completar 2 anos, quando o TEA pode ser diagnosticado com maior grau de segurança.

O padrão-ouro do tratamento para o TEA consiste em estabelecer um plano individualizado de intervenção, levando em consideração as necessidades diagnosticadas. Além do médico, outros especialistas, como fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, podem ser chamados a participar do diagnóstico de déficits de linguagem, de atenção, problemas motores, ansiedade, transtornos obsessivos etc. A partir daí, se estabelece um plano com a aplicação de terapias voltadas a desenvolver o paciente em cada uma das áreas.

Esses cuidados com o diagnóstico e tratamento, infelizmente, nem sempre são observados. É o que verificamos examinando casos que chegam às operadoras de planos de saúde. São frequentes casos em que há prescrição de terapias desconhecidas, que não foram comprovadas com base em evidências científicas: isso foi recentemente alertado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) por meio da consulta pública 98.295/24. Muitas vezes, envolvem jornadas de terapia tão longas que tiram a criança da escola e do convívio familiar, contrariando o que é preconizado por especialistas — ou seja, que o tratamento deve envolver o tripé clínica-família-escola. Causa estranheza também a conduta de certas clínicas que aplicam planos de terapia padronizados, com elevada carga horária, para pacientes com diferentes necessidades.

A multiplicação de situações suspeitas levou as operadoras a promoverem investigações que estão revelando também a existência de esquemas viciados e fraudulentos

cujo propósito é turbinar diagnósticos e tratamentos de TEA para obter ganhos ilícitos. Montam planos superdimensionados que são cobrados integralmente, mas realizados apenas parcialmente, se tanto. Quando se deparam com a negativa de cobertura, chegam a patrocinar ações na Justiça, com base em laudos fraudulentos, para obrigar o pagamento por esses “tratamentos”.

Essas práticas criminosas representam uma ameaça à saúde e ao futuro das crianças, e é preciso que o poder público intervenha nesse debate. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por sua vez, precisa estabelecer as diretrizes de utilização (DUT) para definir os parâmetros para o tratamento do autismo. Ao mesmo tempo, é necessário fortalecer a ação do sistema de Núcleos de Apoio ao Judiciário (Najus), constituídos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para combater a judicialização indevida promovida pela “indústria” do autismo. E o Ministério Público e a polícia precisam ser convocados para investigar e combater as práticas criminosas, punindo os responsáveis.

De parte dos planos de saúde associados à Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), o que temos visto como reação à demanda crescente de pacientes com TEA é uma corrida para adequar e ampliar redes de atendimento, credenciar prestadores externos, capacitar equipes e ajustar políticas de cuidado. Nesse processo, é necessário conquistar a confiança dos beneficiários, conscientizar os familiares, oferecer a melhor acolhida, pautada pelas melhores práticas clínicas no manejo terapêutico do TEA.